

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	27
-----------------	----

Capítulo 1

JUSTICIABILIDADE: PRESSUPOSTOS PARA DEMANDAS NÃO JUSTICIÁVEIS	33
1.1. Justiciabilidade	33
1.1.1. O “dever” do Poder Judiciário de decidir.....	33
1.1.2. Conceito e classificações de justiciabilidade	34
1.1.3. Surgimento dos pressupostos de justiciabilidade	38
1.2. Pressupostos de justiciabilidade no direito norte-americano.....	41
1.2.1. <i>Standing</i> : demonstração de um prejuízo sofrido pela parte demandante causado pela parte demandada e a possibilidade de sua solução no Judiciário	41
1.2.2. <i>Ripeness</i> : impossibilidade de julgamentos prematuros	50
1.2.3. <i>Mootness</i> : subsistência ou desaparecimento da controvérsia (prejuízo que deixou de existir)	52
1.2.4. Questões políticas	55
1.2.5. Outros parâmetros de justiciabilidade	65
1.3. Crítica aos pressupostos de justiciabilidade: aplicação arbitrária das teorias pelos tribunais	68
1.4. Conclusão parcial	69

Capítulo 2

JUSTICIABILIDADE NO BRASIL	71
2.1. Critérios de justiciabilidade no direito brasileiro.....	71
2.2. Definição e natureza jurídica da justiciabilidade deste trabalho	79
2.3. Compatibilidade com os princípios da inafastabilidade da jurisdição e da indeclinabilidade	83

2.4.	Pressupostos de justiciabilidade aplicáveis ao Brasil	89
2.4.1.	Obstáculo à justiciabilidade por falta de repercussão geral ou relevância: os requisitos de admissibilidade recursal nos Tribunais Superiores	92
2.4.2.	Questões políticas	102
2.4.3.	Questões <i>interna corporis</i> do Poder Legislativo	109
2.4.4.	Questões técnicas: limite em razão das capacidades institucionais	116
2.4.5.	Questões não justiciáveis por necessidade de maturação do debate	130
2.5.	Questões justiciáveis que visam à tutela de direitos: controle do Judiciário sobre a violação às competências constitucionais e diálogos institucionais nos processos estruturais.....	134
2.6.	Deferência judicial como parâmetro de interpretação em questões justiciáveis.....	142
2.7.	Justiciabilidade no âmbito da justiça multiportas: o poder judiciário não é a única porta de acesso à justiça.....	147
2.8.	Conclusão parcial	151

Capítulo 3

DEFININDO O QUE SIGNIFICA A NÃO DECISÃO: DIFERENÇAS ENTRE JUSTICIABILIDADE E A VEDAÇÃO DO <i>NON LIQUET</i>	153
3.1. Compreendendo as origens do <i>non liquet</i>	153
3.1.1. Uma breve passagem histórica: do direito romano à atualidade	153
3.1.2. <i>Non liquet</i> na Corte Internacional de Justiça	164
3.2. <i>Non liquet</i> no Brasil (art. 4º da LINDB e art. 140 do CPC)	169
3.3. Diferença entre a justiciabilidade e a vedação do <i>non liquet</i>	173
3.4. Situações que não configuram não decisão	175
3.4.1. Omissões judiciais prolongadas	176
3.4.1.1. Atos judiciais omissivos.....	176
3.4.1.2. Controle da pauta de julgamentos no Supremo Tribunal Federal: poder de agenda <i>versus</i> declaração de não decisão.....	180
3.4.2. Decisões inexequíveis	186

3.4.3. Impossibilidade de julgamento por falta de quórum	190
3.5. Conclusão parcial	193

Capítulo 4

TÉCNICAS DECISÓRIAS PARA A DECLARAÇÃO DE NÃO DECISÃO	195
---	------------

4.1. Não decisão temporária pela necessidade de amadurecimento do debate	196
4.1.1. Inconstitucionalidade por omissão e o mandado de injunção: decisão de caráter temporário do Supremo Tribunal Federal	196
4.1.2. Diálogo institucional para além da Corte Constitucional: atuação dialógica dos juízes nas declarações de inconstitucionalidade e de ilegalidade	200
4.1.3. Adiamento da decisão para permitir o amadurecimento do debate para a tutela de direitos: demandas complexas e controvérsias de fato	213
4.2. Inadmissibilidade de recursos nos tribunais superiores por ser necessário o amadurecimento do debate público	216
4.2.1. Negativa de repercussão geral e de relevância por prematuridade do debate.....	217
4.2.2. Desafetação ou cancelamento de temas nos tribunais superiores por prematuridade do debate.....	222
4.3. ausência de pressupostos materiais de justiciabilidade	225
4.3.1. Aconselhamento ou recomendação dos tribunais.....	226
4.3.2. Diálogo institucional e a intermediação da solução jurídica coordenada	233
4.4. Cassação do ato sem se substituir à instituição competente: técnica para os casos de deferência judicial.....	235

CONCLUSÃO.....	241
-----------------------	------------

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	245
--	------------